



LUIZA DE CARVALHO PIRES

**AS MULHERES COMO SUJEITAS NA ESFERA PÚBLICA
MUNICIPAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS PREFEITAS E
SECRETÁRIAS DA MICRORREGIÃO DE LAVRAS**

Prof.^a Dra. Camila Maria Risso Sales

Orientadora

LAVRAS

2021

AGRADECIMENTOS

“Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas”, escreveu uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX, conhecida como Clarice Lispector. Ela também ensinou que para diminuir um pouco dessa dificuldade, ajuda imaginar que alguém segura nossas mãos enquanto escrevemos. Durante a escrita deste trabalho, eu não precisei fingir. Tive realmente pessoas que seguraram firmemente a minha mão e me fizeram acreditar que conseguiria. À essas pessoas deixo aqui meus agradecimentos.

À Universidade Federal de Lavras e a todos os servidores públicos, que fazem deste espaço uma universidade acessível e popular mesmo sob todas as adversidades, já que, desde que entrei em 2016/2 vi com meus próprios olhos o plano de sucateamento das universidades públicas e da educação no Brasil. O meu muito obrigado por resistirem.

Ao corpo docente do curso de Administração Pública da UFLA por tantos ensinamentos para além da sala de aula. Agradeço em especial ao Professor Gustavo, com quem tive a oportunidade de fazer minha primeira experiência em um projeto de extensão e tanto me acolheu no início da graduação; ao Professor Renato, pela genial coordenação de curso durante a maior parte do tempo em que estive graduanda e a constante luta pela participação estudantil nos espaços decisórios e políticos do curso; à professora Júlia, pelo exemplo de militância e luta social, agradeço pela inspiração e também pela grande contribuição no início da escrita deste trabalho. Por fim, agradeço à Professora Camila, a quem tenho orgulho de ter tido como orientadora nesta pesquisa e tanto admiro por contribuir brilhantemente com a construção de um Campo de Públicas com pensamento crítico e democrático.

Agradeço aos amigos e colegas do Centro Acadêmico, especialmente da Gestão Sementes de Marielle, e da FENECAP, em especial a Gestão Conectar. Essas experiências foram grandiosas para a minha formação profissional e pessoal e as pessoas que conheci por meio delas me ajudaram a ser quem sou. Agradeço também aos amigos que fiz dentro de sala de aula, vocês foram amparo em momentos de desespero e sinônimo de alegria e diversão quando precisava de horas de gargalhada. A caminhada não teria graça sem vocês.

Aos incríveis profissionais com quem tive a honra de trabalhar na Prefeitura Municipal de Lavras, vocês me ensinaram muito mais do que técnicas administrativas e políticas, mas sim a importância de uma gestão responsável e aliada à sociedade. Agradeço em especial à Cris, a quem se tornou uma grande amiga que levo para a vida. Aos amigos da Coletânea de Ideias por

contribuírem com debates políticos e sociais e não medirem esforços no apoio a minha formação profissional e pessoal, além de abraçarem de cara todos os meus projetos.

Aos meus amigos e amigas de Oliveira, que me acompanharam durante todos estes anos, sendo sempre acolhida quando eu voltava pra casa e nunca me deixavam esquecer de onde vim e qual era minha essência. Ao meu grupo de amigas que tenho desde a infância, vocês seguraram minha mão do primeiro ao último momento. Aos amigos da Pastoral da Juventude, gratidão por contribuírem na minha formação enquanto pessoa e me introduzirem no debate político de injustiças sociais. Vocês foram essenciais para a descoberta da minha vocação.

Não poderia deixar de agradecer minha família, meu alicerce nos momentos mais difíceis. Obrigada a todas essas pessoas queridas, que sempre me propiciaram um ambiente de amor e estabilidade sem os quais não seria possível chegar aqui. Especialmente aos meus avós Fernando e Maria Helena e às minhas madrinhas Patrícia e Guima, agradeço pelo afeto revolucionário diário. À minha mãe Gisele, por mais do que segurar minha mão, mas me emprestar os ouvidos para escutar minhas angústias, os braços para me acolher quando eu pensava que não seria capaz e por me dar o exemplo da persistência e resiliência. Mãe, essa conquista é nossa! Aos meus irmãos Fernanda, Stella e Gabriel, obrigada pela amizade, amor e apoio em todas as fases de minha vida.

Ao meu companheiro Vinícius, por toda a ajuda emocional e tranquilidade passada, por ter sido amigo em todas as horas oferecendo incentivo, compreensão e amor. Sem sua ajuda tudo teria sido muito mais difícil. Você foi luz nesse caminhar e nossas mãos entrelaçadas foram essenciais para finalizar essa jornada. Minha eterna gratidão!

Por fim, agradeço às mulheres que concederam entrevistas para que esse trabalho fosse possível. Vocês são exemplos de mulheres que ocupam espaços políticos e enfrentam cotidianamente o machismo enraizado, mas, mesmo assim, não abandonam o protagonismo e a luta por seus lugares. Minha admiração e respeito por todas!

À todas essas pessoas e muitas outras que não estão listadas aqui: não tenho como lhes agradecer. Espero recompensar todo o investimento e incentivo em minha graduação na luta por uma administração pública que proporcione vida e dignidade a todas e todos.

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo teórico-empírico e exploratório que buscou compreender qual a percepção das mulheres que são sujeitas e ocupam cargos centrais na administração pública dos municípios da microrregião de Lavras, com relação aos desafios de sua atuação, seu lugar de fala enquanto mulher e sua práxis na promoção de políticas públicas de gênero. Para o recolhimento de dados foi usado o método entrevista em profundidade e analisada a vivência subjetiva dessas mulheres, as quais demonstraram enfrentar grandes dificuldades em suas jornadas profissionais e políticas, especialmente depois de terem sido eleitas ou nomeadas para cargos importantes na administração pública. Levando-se em conta a sub-representação feminina na política e o sistema patriarcal, chega-se à conclusão de que a política é um espaço de dominação masculina em que, mesmo quando as mulheres chegam a um lugar de tomada de decisões, logo são reposicionadas de acordo com estereótipos e condutas esperadas da feminilidade, como a vocação para o cuidado maternal, a sensibilidade e a bondade como sentimentos biológicos da mulher.

Palavras-chave: Mulheres; Administração Pública; Cuidado; Políticas públicas

ABSTRACT

This research is a theoretical-empirical and exploratory study that sought to understand the perception of women who are subject and occupy central positions in the public administration of the municipalities of the Lavras micro-region, regarding the challenges of their performance, their place of speech as a woman and its praxis in the promotion of public gender policies. In order to collect data, the in-depth interview method was used and the subjective experience of these women was analyzed, who demonstrated to face great difficulties in their professional and political journeys, especially after they were elected or nominated for important positions in public administration. Taking into account female underrepresentation in politics and the patriarchal system, it is concluded that politics is a space of male domination in which, even when women arrive at a place of decision-making, they are soon repositioned according to stereotypes and expected behaviors of femininity, such as the vocation for maternal care, sensitivity and kindness as biological feelings of women.

Keywords: Women; Public Administration; Caution; Public policy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.2 JUFTIFICATIVA	9
2. OBJETIVOS	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO	11
4. METODOLOGIA	19
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	196. CONSIDERAÇÕES FINAIS
	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

A história da inserção das mulheres na política institucional é recente. A conquista do direito ao voto feminino foi incorporada à legislação brasileira no código eleitoral de 1932, deixando de ser facultativo e condicionado a algumas restrições somente na Constituição de 1946. No entanto, o direito formalizado ao voto não resultou automaticamente em condições igualitárias para as mulheres na participação política.

Segundo Biroli (2018), mesmo que, formalmente, as mulheres estejam incorporadas no mundo da política através das legislações, existem barreiras informais que dificultam e as excluem de participarem da política institucional. Além da falta de representatividade histórica, as dinâmicas sociais de desvantagens, existentes ainda hoje, fazem com que essas barreiras sejam ainda mais espessas. À mulher ainda são relegadas quase todas as tarefas do cuidado com a vida doméstica, ou seja, o cuidado com crianças, idosos, tarefas do lar. Essa jornada tira da mulher um tempo que é fundamental para que ela tenha condições de participar da vida pública.

Os dados sobre a baixa participação feminina na política são expressivos. Segundo o Mapa Global Mulheres na Política, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em 2019, somente um em cada cinco ministros é mulher na média mundial (TOMAS, 2019).

No Brasil, isso é observado em todos os âmbitos da política institucional. No legislativo, a porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados é de 15%, correspondente a 77 deputadas de um total de 513. No Senado, elas representam somente 14,8%, referente a 12 senadoras de um total de 81. No executivo, os dados dizem o mesmo. Dos 27 governos estaduais, apenas um é ocupado por uma mulher. Já nas prefeituras, no mandato de 2021-2024, somente 11,8% têm mulheres como chefes do executivo.

De acordo com Gomes (2014), mesmo quando as mulheres conseguem alcançar a política institucional, há uma série de preconceitos e papéis a serem desempenhados, atribuídos a elas ao longo do tempo. Assim, as mesmas assumem traços que são culturalmente ligados às mulheres, sobretudo as questões sociais, os referentes à família, crianças, idosos ou mesmo as próprias lutas de gênero. Além disso, elas estão às margens do jogo político, muitas vezes reforçado pela mídia, que privilegia a agressividade, combatividade e adesão às pautas econômicas. Mas, mesmo se assumem discursos e assuntos defendidos tradicionalmente por homens, são criticadas e vistas de forma negativa.

Diante do cenário exposto, percebe-se a importância de estudos no Campo de Públicas a respeito da participação feminina nos espaços de representação e de exercício da administração pública com foco nas cidades do interior. Esse recorte, tem a ver com a necessidade de levantarmos dados também a respeito da política local e por isso as cidades selecionadas estão na região de Lavras, no entorno da sede da Universidade Federal de Lavras (UFLA), tendo em vista o caráter extensionista da mesma e a capacidade de contribuir com o desenvolvimento local desses municípios.

A questão/problema é: qual é a percepção das mulheres que são sujeitas e ocupam cargos centrais na administração pública desses municípios com relação aos desafios de sua atuação, seu lugar de fala enquanto mulher e sua práxis na promoção de políticas públicas para mulheres?

Parte-se, ainda, da hipótese preliminar de que, mesmo quando as mulheres ocupam cargos centrais no executivo da administração pública, elas ainda estão submetidas a um padrão que as deslocam para determinadas áreas de atuação, bem como enfrentam dificuldades nesse processo devido à sua posição enquanto mulheres num ambiente ainda dominado pelo universo masculino.

Portanto, de modo preliminar, propõe-se uma análise de entrevistas e percepções de mulheres que ocupam cargos eletivos no executivo, bem como de secretarias a fim de estabelecer um recorte do universo de mulheres que estão nos principais cargos nesses municípios.

Para isso, o presente trabalho pretendeu abarcar alguns municípios da Microrregião de Lavras, composta pelas cidades de Lavras, Nepomuceno, Ijaci, Itumirim, Luminárias, Carrancas, Ribeirão Vermelho, Itutinga e Ingaí, localizadas na região Sul de Minas Gerais. Entretanto, os municípios alcançados foram Lavras, Nepomuceno, Luminárias, Carrancas e Ribeirão Vermelho, uma vez que não foi obtido retorno de nenhuma das secretárias dos outros municípios da microrregião.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho será feito na modalidade de imersão em pesquisa (artigo científico). Diante do meu interesse em pesquisar a temática das mulheres como sujeitas na esfera pública, suas trajetórias, participação na construção de políticas públicas e representação política, compreendo que essa é a modalidade adequada para a formulação de um problema de pesquisa e os métodos para investigação do mesmo.

Para Miguel e Biroli (2010) a baixa representação de mulheres na política, especialmente em democracias liberais, reforça a ideia de que os espaços e as posições de poder pertencem a indivíduos com perfis próprios. Isso resulta em uma série de mecanismos que fazem da política um espaço pouco diverso. Essa questão aponta para uma série de problemáticas passíveis de investigação, uma vez que a administração pública tem relação direta com a necessidade de pensar a esfera pública como um espaço plural e efetivo para a sociedade.

Também, a partir da pesquisa, o campo da Administração Pública pode conseguir grandes avanços, uma vez que é necessário que a atuação profissional na área esteja aliada com estudos e investigação científica com o propósito de ampliar o conhecimento sobre as práticas e melhorá-las. Além disso, é essencial valorizar a pesquisa científica no Brasil como um espaço de debate e contribuição social.

Segundo Pires et al (2014) o conhecimento multidisciplinar que compõe o Campo de Públicas possui uma grande capacidade de contribuir para além do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, mas também possibilita uma conexão entre a academia, governos e sociedade, visando à sinergia de ações que qualifiquem os fazeres formativos e contribua para as atividades permanentes de ofertas de políticas e serviços públicos. Portanto, visto que o Campo de Públicas é uma área em consolidação, a pesquisa se apresenta como um contributo para a inserção nos estudos desse campo do conhecimento, bem como para a construção de perspectivas de estudos futuros.

Por fim, tendo em vista que há certa produção sobre o cenário nacional sobre este tema, mas ainda existe uma lacuna de pesquisa e falta uma imersão maior de pesquisadores na política local, este trabalho tem o propósito de preencher o hiato com relação ao cenário da Microrregião de Lavras.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo analisar as mulheres como sujeitas políticas na administração pública em esfera municipal, na microrregião de Lavras.

2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto no item supracitado, será necessário verificar os cargos ocupados por mulheres nas prefeituras das nove cidades escolhidas como objeto de estudo, levando em conta o percentual de mulheres que foram eleitas como chefes do executivo, bem como daquelas que ocupam cargos de confiança nas secretarias dos municípios. Além de verificar as secretarias geralmente administradas por mulheres e áreas comumente defendidas e pautadas pelas mesmas. Feito este levantamento serão selecionados os municípios que serão incorporados ao estudo.

Para realizar os objetivos propostos serão realizadas entrevistas a fim de compreender a percepção das mulheres com relação ao trabalho que executam e se formulam políticas públicas destinadas ao gênero, a forma como são vistas pela sociedade em geral, bem como as dificuldades que enfrentam cotidianamente em seu ambiente de trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O IMPACTO NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Segundo Nancy Fraser (1997), no final da década de 1960, haviam duas principais correntes do feminismo estadunidense que iniciaram um debate intenso sobre igualdade e diferença entre homens e mulheres. A primeira defendia que ao diferenciar masculino e feminino e atribuir às mulheres características como sensibilidade, fragilidade e considerá-las tendentes ao cuidado ao invés do raciocínio e comando, a sociedade justificava que as mesmas seriam mais aptas a determinadas atividades, como o cuidado com o lar e a responsabilidade pela criação dos filhos, em detrimento de outras como a política, economia, vida intelectual, o que seria uma “inaptidão de gênero”.

Já nos anos 1970, em oposição à primeira vertente, surgiu a organização de feministas que lutavam pelo reconhecimento dessas diferenças e rejeitavam a noção de igualdade de gênero. O embasamento era a ideia de que, a partir do momento que homens e mulheres fossem igualados, a desvalorização de tudo que era associado à feminilidade seria reforçada. Nesse sentido, a solução para elas era a elaboração de políticas que valorizassem as características e atividades vistas como femininas, como por exemplo a sensibilidade e o cuidado. Na opinião da autora, valorizar as associações da feminilidade e atribuí-las às mulheres de forma simplória, significaria reforçar estereótipos e hierarquias de gênero existentes, que privilegiavam homens em detrimento das mulheres.

Para Hirata et al (2009), homens e mulheres não se encontram em determinadas condições por causa de um fator biológico, mas sim devido a construções sociais. Eles fazem parte de dois grupos sociais que estão envolvidos nas relações sociais de sexo que se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho. A autora afirma que a noção da divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização. O primeiro está ligado à ideia de que existem “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” e o segundo é a ideia de que o trabalho de homem vale mais do que o de mulher.

Portanto, a divisão sexual do trabalho é um debate central para compreender a permanência das desigualdades de gênero. Segundo dados obtidos pela Pesquisa Mensal por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do ano de 2019, enquanto os homens

dedicam 10,8 horas semanais com os afazeres domésticos, as mulheres os exercem por cerca de 20,9 horas, ou seja, o dobro do tempo dedicado pelos homens. (Agência IBGE Notícias)

Essa organização cultural do cotidiano tem consequências muito além da vida privada e doméstica, já que ao dedicar grande parte do seu tempo nas tarefas do lar, sobra às mulheres menos tempo para outras atividades, como por exemplo a política. Essas desvantagens não se limitam somente ao gênero, mas também aos recortes de raça e classe. As mulheres negras são a maioria entre pessoas que exercem trabalho precarizado (aproximadamente 60% dos trabalhadores domésticos são mulheres negras, segundo o IPEA) e também que chefiam lares com menor renda no Brasil (nos domicílios chefiados por mulheres brancas, a renda é 47,3% maior do que nos chefiados por mulheres negras).

Segundo Biroli (2018) a renda desigual do trabalho tem relação com dois aspectos das relações de gênero. O primeiro é que alguns tipos de trabalho são marcados historicamente pela gratuidade. Ou seja, os serviços domésticos como lavar a louça, cuidar de crianças e idosos, preparar alimentos, cozinhar, foi visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor dos homens, sendo eles liberados dessas tarefas. Assim, mesmo quando esse trabalho é exercido de forma remunerada, existe uma ligação ao histórico da gratuidade, que faz com que o mesmo seja desvalorizado.

O segundo ponto é que o problema da desvalorização do trabalho fundamental não é um problema político central. Portanto, a autora afirma que não é uma coincidência que quem exerce esse trabalho é quem mais está em desvantagem representativa na política. Assim, por não ocuparem os espaços de debates políticos, os problemas enfrentados por mulheres, sobretudo negras, também não se tornam pautas.

Carole Pateman expõe em seu livro *O Contrato Sexual* (1988) que a dominação e a subordinação das mulheres aos cuidados do lar, bem como a desvalorização do trabalho doméstico se deram com a diferenciação entre público e privado. Ou seja, a divisão sexual do trabalho configura uma forma de contrato destinado a instituir as relações entre homens e mulheres. O que ela chama de contrato sexual, foi legalizado na forma jurídica de casamento e possibilitou a exclusão das mulheres na vida política, sendo elas subordinadas as vontades de seus maridos e estes passados a representá-las na esfera pública.

No entanto, mesmo quando essas mulheres conseguem, de alguma maneira, chegar aos espaços de representação e poder, elas precisam se submeter a lógica paternalista ao abraçarem

pautas que estão ligadas diretamente à vida privada e ao cuidado maternal. Miguel e Feitosa (2009), trazem como objeto de estudo o debate na Câmara dos Deputados e afirmam que este se mostra um debate masculino. Em análise feita pelos autores, os discursos foram categorizados nos termos usados pela ciência política norte-americana: *hard politics*, *middle politics* e *soft politics*. O primeiro está relacionado ao núcleo do processo político, ao exercício do poder de Estado e a gestão da economia. Ao contrário, *soft politics* está relacionado a tudo que engloba o aspecto social. Já o termo *middle politics*, é associado aos temas que permitem uma abordagem mista, tanto das questões econômicas, quanto sociais, como por exemplo, a previdência social. A tabela a seguir mostra os temas dos discursos dos deputados categorizados pelo sexo do orador:

Tabela 1
Temas dos Discursos das 51ª e 52ª Legislaturas da Câmara dos Deputados, por Sexo do Orador

Hard Políticos	Feminino	Masculino	Total
Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países	6,3% (53)	5,1% (557)	5,2% (610)
Defesa (segurança nacional)	1,8% (15)	1,0% (111)	1,1% (126)
Reforma política e legislação eleitoral	2,3% (19)	2,4% (265)	2,4% (284)
Administração pública e reforma do Estado	10,7% (90)	11,0% (1.214)	11,0% (1.304)
Política brasileira	24,0% (202)	25,3% (2.775)	25,2% (2.977)
Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica	6,8% (57)	7,3% (805)	7,3% (862)
Política econômica e tributária	9,2% (77)	15,4% (1.690)	14,9% (1.767)
Política industrial	4,0% (34)	5,1% (564)	5,1% (598)
Política agrícola	5,5% (46)	8,6% (948)	8,4% (994)
Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito)	11,8% (99)	8,3% (917)	8,6% (1.016)
Reforma agrária (e outras questões fundiárias)	4,3% (36)	3,2% (351)	3,3% (387)
Questões internas do Congresso	9,6% (81)	10,3% (1.137)	10,3% (1.218)
Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.)	9,3% (78)	10,6% (1.163)	10,5% (1.241)
Economia em geral	1,5% (13)	2,7% (299)	2,6% (312)

Soft Políticos	Feminino	Masculino	Geral
Saúde pública e saneamento	10,1% (85)	7,5% (829)	7,7% (914)
Habitação	1,4% (12)	1,6% (178)	1,6% (190)
Direitos humanos	14,5% (122)	4,1% (451)	4,8% (573)
Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)	9,9% (83)	7,8% (859)	8,0% (942)
Meio ambiente	3,8% (32)	4,5% (499)	4,5% (531)
Educação	9,5% (80)	6,2% (678)	6,4% (758)
Cultura e esporte	0,8% (7)	1,0% (109)	1,0% (116)
Direitos do consumidor	1,2% (10)	1,7% (183)	1,6% (193)
Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência	9,9% (83)	2,9% (316)	3,4% (399)
Middle Politics	Feminino	Masculino	Geral
Emprego, trabalho e formação profissional	11,1% (93)	9,5% (1.045)	9,6% (1.138)
Ciência e tecnologia	0,4% (3)	0,3% (32)	0,3% (35)
Funcionalismo público	6,9% (58)	4,9% (539)	5,0% (597)
Comunicação social	2,0% (17)	3,1% (341)	3,0% (358)
Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados	0,8% (7)	0,5% (52)	0,5% (59)
Previdência social	3,7% (31)	3,0% (334)	3,1% (365)
Questões Irrelevantes e Outros	Feminino	Masculino	Geral
Questões religiosas	0,0% (0)	0,3% (34)	0,3% (34)
Homensagens e comemorações em geral	13,7% (115)	19,1% (2.102)	18,7% (2.217)
Outros	0,0% (0)	0,0% (2)	0,0% (2)
Total	100% <i>n = 840</i>	100% <i>n = 10.990</i>	100% <i>n = 11.830</i>

Fonte: Miguel e Feitosa (2009)

Em análise feita pelo autor e pela autora, constatou-se que ambos os sexos fazem maior uso dos temas associados à categoria *hard politics*, o que pode significar que estas questões estão centralizadas no debate político e atribuem visibilidade a quem delas se ocupa. Ainda assim, os homens detêm maior porcentagem na execução desses discursos, sendo que esses temas estão presentes em 73,3% dos discursos deles e 67,3% dos discursos delas. Ao analisar a categoria *middle politics*, percebe-se uma inversão quanto à categoria anterior, sendo 22,6%

proferidas por mulheres e 19,5% por homens. Entretanto, a maior diferença se apresenta na soft politics em que as deputadas pautaram 46,8% das temáticas vinculadas às áreas sociais e os deputados apenas 30,8%.

Na Constituinte (1987-1988), mesmo representando 5,7% do total de parlamentares, as mulheres tiveram um papel significativo. Foram elas as responsáveis pela apresentação de 3.321 emendas parlamentares, sendo 974 delas aprovadas. Entretanto, recebiam ataques de tentativas de desqualificação de seus trabalhos, sendo apelidadas de bancada do batom, lobby das meninas, entre outros termos pejorativos.

Algumas coisas não mudaram até hoje. Um relatório (de proposição) importante chega às nossas mãos quando o homem não se interessa. Quando não está negociado entre eles. Eu fui relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) porque três homens foram convidados na época e não quiseram. Achavam que era coisa de criança, de pivete, de delinquente, coisa pequena. Eu não vejo muita mudança de duas décadas para cá. (Correio Braziliense, 2003)

A fala da deputada constituinte Rita Camata (PSDB) confirma como as mulheres são vistas como figurantes mesmo quando chegam aos mesmos lugares ocupados pelos homens. Dessa forma, elas só conseguem espaço para estar à frente de temas importantes, mesmo que sejam da área social, quando os homens não querem assumir a pauta.

3.2 PRIMEIRO-DAMISMO E O LUGAR DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA

Para Ruggiero (2017) há um outro fator que implica sobre o lugar da mulher na política ou o seu não lugar, sobretudo nos espaços decisórios. Há uma construção simbólica fortíssima da mulher como a mãe de família, cuidadora do lar e esteio de apoio ao marido, sobretudo quando este ocupa um cargo importante. A esse respeito, Okin (2008) expõe que os homens são vistos como responsáveis pelas esferas da vida econômica e política e as mulheres responsáveis pela vida privada, em que cabem as preocupações com a domesticidade e reprodução. Ela enfatiza que "as mulheres têm sido vistas como naturalmente inadequadas à esfera pública, dependente dos homens e subordinadas à família" (p. 308) e a ideia que prevalece é a de que políticos são "homens que têm esposas em casa" (p. 311).

Um exemplo de como as mulheres têm suas histórias reduzidas em detrimento dos homens que ocupam grandes cargos é o caso da Imperatriz Leopoldina que, ao lado do marido Dom Pedro I, exerceu importante papel para a independência do Brasil. Entretanto, seu nome é pouco lembrado como alguém que participou de processos decisórios da política da época (REZZUTTI, 2017). O fato histórico reforça processos subsequentes, como o primeiro-damismo, uma prática que foca a mulher como subalterna ao homem (marido), sendo utilizada como uma figura de apelo afetivo ou assistencialista, demarcando, assim, um lugar específico para a mulher, distante das questões decisórias e marcadamente caricato.

Segundo Matthew Costello (2017), a concepção de primeira-dama se deu nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Apesar de não saberem ao certo a data oficial que marca o início do uso do termo, os historiadores afirmam que ele passou a ser frequentemente utilizado na imprensa no governo do presidente americano Grover Cleveland, entre 1885 e 1889, para fazer referências à sua mulher, Frances Folsom Cleveland.

Entretanto, a primeira-dama não possui funções oficiais administrativas nem na Constituição Brasileira, nem nas de vários outros países. Assim, todas as ações desempenhadas pelas primeiras-damas são voluntárias, ou seja, sem remuneração.

As primeiras esposas dos governantes no início da República no Brasil, tinham um perfil mais tradicional, sendo reservadas aos afazeres domésticos e apareciam apenas para acompanhar seus maridos em eventos importantes. No entanto, em 1915, Maria Pereira Gomes, esposa do presidente da época, Wenceslau Brás inaugurou o que viria a ser o papel de primeira-dama marcado pelo caráter assistencialista. Maria Gomes realizou uma festa na Quinta da Boa

Vista, situada no Rio de Janeiro, com a finalidade de arrecadar fundos para as vítimas da seca no nordeste (Gazeta de Notícias, 1915).

Três décadas depois, em 1945, esse papel foi reforçado e ganhou destaque com Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, que foi a criadora da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A organização tinha como objetivo ajudar as famílias dos soldados brasileiros que estavam na segunda guerra mundial e virou um símbolo do trabalho voluntário feminino no Brasil, se tornando um “emprego” para as primeiras-damas brasileiras seguintes, com quase todas ocupando sua presidência. (Mesquita, 2019)

De acordo com Torres (2002), com a cultura do primeiro-damismo já instaurada, a assistência social passou a ser vista como uma bondade dos governantes exercida pelas mãos “generosas” de suas esposas. Segundo Graziella Guiotti Testa, em entrevista concedida a BBC News, na visão antiquada que relaciona a primeira-dama como aquela que faz caridade existem dois conceitos que definem o papel do Estado e da mulher.

Essa visão da primeira-dama que faz obra social se encaixa nesse contexto do Estado paternalista, que é o pai que ajuda. E a mulher que é responsável pelo cuidado. Então, ela vai ter a função de ajudar aqueles filhos relegados do Estado que é pai e que é bom, bem na noção populista, desses populismos que estão se fortalecendo na América Latina, tanto de direita quanto de esquerda (MESQUITA, 2019).

Diante dessa lógica de Estado paternalista, a primeira-dama segue o papel tradicional das mulheres, ou seja, são elas as responsáveis pelas atividades de cuidado. Torres (2002) afirma que “os papéis de primeira-dama assentam-se nesses valores ditos femininos, em que os sentimentos de bondade e de solidariedade acabam sobrepondo os níveis de racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres” (p.58). Porém, segundo a autora, nem sempre as mulheres possuem uma consciência da apropriação e dominação masculina que aproveita de seus valores, o que indica uma clara naturalização dos papéis sociais.

Souza et al (2015) destaca então que ao longo da história as primeiras-damas assumiram a responsabilidade de programas e secretarias da área social, sendo dificilmente alocadas em secretarias com temas de finanças, infraestrutura e desenvolvimento urbano, reforçando a ideia de que essas áreas não são da competência feminina.

[a]o ocupar postos públicos, a atuação da mulher [...] [continua a gravitar] ao redor de atividades que, de certa forma, refletem também o mundo privado. Quando raramente alcançam os altos postos da hierarquia burocrática do aparelho estatal, são como secretárias de educação e bem-estar social. No

Brasil, poucas foram as mulheres que conseguiram chegar aos altos escalões dos ministérios considerados de maior importância para a estrutura político-administrativa, ou mesmo romper o bloqueio na área jurídica, ascendendo aos tribunais superiores (SOUZA ET AL, 2015, p.4 apud COSTA, 1998, p. 76).

Portanto, o autor afirma que mesmo quando as mulheres chegam à política institucional, elas estão associadas ao papel maternal, do cuidado e relacionadas à construção cultural da feminilidade, dedicando suas atividades às promoções de melhorias para mulheres, crianças, idosos, saúde pública, educação, entre outras.

Para Medeiros e Frota (2011) a mulher, apesar de ter ascendido para a esfera pública, não garantiu que fosse rompida a subalternidade de suas funções, sendo reservado a elas as pautas sociais, essas relegadas a um espaço secundário de atenção do poder público. Assim, o primeiro-damismo corroborou para reforçar práticas como o paternalismo, patrimonialismo, clientelismo e assistencialismo.

Contudo, o primeiro-damismo, embora seja utilizado como uma forma de manipulação por parte do governante, pode tomar forma de resistência ao poder masculino, uma vez que pode a mulher, indiretamente, influenciar decisões e interferir em ações no plano político. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2010) afirmam que existem formas de inserção marginal para a participação política:

Pode-se dizer, de maneira esquemática, que atuar de acordo com os padrões de comportamento legitimados permite acesso a posições mais centrais no campo. A alternativa não é entre inserção e exclusão. Há formas de inserção marginal, em que a capacidade de transformar a dinâmica de funcionamento do campo é muito limitada. (p.21)

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa buscou analisar o papel ocupado por mulheres na política institucional, no âmbito do executivo municipal, bem como a percepção dessas mulheres quanto ao trabalho que executam, se formulam ou não políticas públicas voltadas para o gênero e a relação de trabalho com colegas.

De início, tem-se por objetivo fazer uma análise de dados sobre as mulheres que ocupam cargos de secretárias nas nove cidades da microrregião de Lavras, bem como as que foram eleitas prefeitas no mandato de 2017-2020. A seguir, propõe-se a aplicação de entrevistas em profundidade com essas mulheres. Segundo Duarte (2010), esse método tem como objetivo a busca por respostas a partir da vivência subjetiva da fonte. Por isso, é uma pesquisa principalmente qualitativa, que tem como fim a aprendizagem por meio da integração de informações e sínteses de descobertas e com poucas conclusões precisas e definitivas.

Quanto ao embasamento da pesquisa, caracteriza-se por teórico-empírica, uma vez que foi-se a campo para levantar informações, com o auxílio de instrumentos para coleta de dados. Pode-se definir essa pesquisa como exploratória, pois segundo Gil (2010) é o tipo de pesquisa que busca gerar mais familiaridade com o problema, tendo o objetivo de torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses.

Para o recolhimento de dados foi utilizado o acesso à página dos municípios a fim de localizar o e-mail e telefone de contato das secretarias. Após encontrado, foram enviados os questionários para as secretárias e prefeitas da gestão 2016-2020 e tentado contato telefônico com todas para informá-las sobre a solicitação de agendamento de uma entrevista virtual, onde algumas optaram pela plataforma Google Meet e outras via áudio no aplicativo WhatsApp.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE MULHERES QUE ATUARAM NAS SECRETARIAS

Às mulheres que atuaram nas secretarias das nove cidades da microrregião de Lavras, durante a gestão 2017-2020, foi encaminhado um questionário contendo perguntas referentes a informações pessoais e à vida profissional, relação com colegas de trabalho e atuação feminina dentro das administrações municipais.

Dos 48 questionários enviados para os e-mails institucionais das secretárias, 5 (cinco) foram respondidos, pouco mais de 10% do total, por: uma secretária de Lavras, duas de Nepomuceno, duas de Carrancas. Dessas, duas ocuparam o cargo-chefe na Secretaria de Assistência Social, uma foi Secretária Municipal de Educação, uma exerceu a gestão na Secretaria de Fazenda e a outra na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A faixa etária das entrevistadas varia entre 30-40 anos (duas - 32 e 38) e 40-50 anos (três - 45, 46 e 48).

Para chegar ao cargo de secretária, todas as entrevistadas mostram um acúmulo de experiências nos cargos relativos a funções que são bases das respectivas secretarias: Assistente social (entrevistada A); professora, conselheira municipal no CACS FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (entrevistada B); responsável pela fiscalização do contrato de serviços de coleta de resíduos sólidos, coleta seletiva, coleta de resíduos do serviço de saúde e dos resíduos de construção civil (entrevistada C); Tesoureira da Prefeitura Municipal (entrevistada D) e Assistente Social do CREAS, Bolsa Família, CRAS, e “Lar das Meninas” (entrevistada E).

Além de a maioria das entrevistadas ter mais de 40 anos, idade na qual supostamente já cumpriram papéis sociais esperados delas, como casamento e maternidade, observa-se que somente uma das entrevistadas é solteira, sendo que todas têm filhos, quatro delas são mães de um único filho e uma mãe de três. A opção por apenas um filho, comumente apresentada pelas entrevistadas, pode estar diretamente ligada às duplas jornadas exercidas por mulheres e a redução do trabalho doméstico não remunerado em detrimento de uma maior jornada de trabalho na esfera pública. Segundo Birolli (2016) “ainda hoje, a organização das relações entre as esferas doméstica e pública é pautada pela permanência da mulher como a responsável pelo

trabalho doméstico e pela criação dos filhos, o que certamente modela sua trajetória e suas escolhas” (p.24).

Das 5 mulheres entrevistadas, duas afirmaram ter encontrado dificuldades nos cargos pelo fato de ser mulher. Para a Secretária A, “a feminização da Assistência Social faz aumentar as diversas formas de assédio, gera preconceitos, diminui os salários e exclui”. A mesma relata que vivenciou essa discriminação em atitudes como a exclusão de reuniões importantes, mesmo ocupando o cargo de coordenadora da pasta e que haviam questionamentos quanto a gratificação salarial adicionada ao mudar de cargo, o que não era feito com outros técnicos do sexo masculino.

A diferença de tratamento perante os pares masculinos também é observada pela Secretária C.

Vivi algumas situações mais delicadas, que acredito que tenha passado por elas pelo fato de ser mulher. Uma determinada pessoa do sexo masculino agia com agressividade apenas com mulheres, com homens e autoridades ele não era agressivo da mesma forma.

Apesar de todas afirmarem que as mulheres têm competência para assumir a gestão nas demais áreas da administração pública, elas enfatizam a possível existência de um lugar em que a mulher teria mais facilidade para estar à frente.

Acredito que todos os setores podem ser bem administrados tanto por mulheres como por homens, porém nas áreas da saúde, educação e assistência social a mulher consegue observar melhor situações que exigem tomadas de atitudes que necessitem um olhar mais sensível. Acredito que os homens têm a tendência de não se deixar levar pela emoção, preferindo agir mais com a razão. (Secretária B)

Eu acho que, por exemplo, para a mulher assumir o transporte que cuida da mecânica em geral dos veículos ou de toda a logística de transporte, que tem contato direto com os mecânicos, (...) tem que ter um feeling pra isso, eu acho que não pode ser qualquer mulher. (Secretária C)

Acho que tem setores que exijam mais da mulher, por exemplo, se você colocar a mulher num setor de obras, ela vai encontrar mais dificuldades. Porque no setor de obras, geralmente a maioria são homens. E essa discriminação é lógico que existe, essa resistência. Eu acredito que na área de obras ela teria que ter uma postura mais firme, por lidar diretamente, praticamente, só com homens. (Secretária D)

Essas falas acabam, mesmo sem perceber, reproduzindo discursos sobre características femininas e masculinas que diferenciam homens e mulheres na sociedade e na política. Isso é evidente quando afirmam que as mulheres possuem naturalmente maior sensibilidade e

facilidade, especialmente, para tomarem frente de atividades ligadas ao social, como a saúde, educação, assistência social e maior dificuldade em espaços como o setor de transportes ou de obras. Essas afirmações, segundo Gomes (2014), são “construções históricas e socialmente construídas relativas às diferenciações de gênero” (p.115).

As secretárias, em unanimidade, disseram enxergar o papel da mulher na política como sendo de grande importância. Para a Secretária B, “a sensibilidade feminina pode detectar situações de maior atenção no atendimento à população mais carente, com isso a formulação de políticas públicas pode ter um olhar mais humanizado.”. Novamente pode-se perceber a reprodução do estereótipo da mulher, em que acredita que a mesma é detentora natural de valores como bondade e solidariedade, e a perpetuação do discurso essencialista de gênero.

Cabe analisar também a fala da Secretária C, que diz que não vê distinção entre os papéis de homem e mulher na política. “O papel da mulher na política é muito importante, tão importante quanto o papel do homem. Eu não consigo enxergar o papel exclusivo da mulher, eu consigo enxergar (...) o papel do político.” A fala pode evidenciar um comportamento que visa evitar a adoção de uma postura vitimizante. Conforme dito por Badinter (2005 p.54), a incessante imagem da mulher oprimida e indefesa frente a um opressor é desestimulante para as novas gerações. Além disso, gera um dualismo oposicionista maniqueísta, identificando o homem ao mal e a mulher ao bem.

Ao perguntar se na gestão em que elas estiveram à frente das respectivas secretarias houve alguma ação específica para as mulheres, somente as secretárias da pasta de Assistência Social disseram que sim. A Secretária E informou que trabalhou com mulheres vítimas de violência através do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e a Secretária A disse que havia o grupo “Momento Mulher - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV)” e também realizava campanhas sobre o tema da violência contra a mulher onde eram oferecidas palestras, reuniões e atendimentos. Havia também o grupo Conviver (SCFV) que discutia questões referentes à mulher na terceira idade.

A coincidência de ambas respostas terem sido positivas se dá uma vez que a política pública de assistência social tem como Parágrafo I do Art. 3º o princípio da universalidade, em que diz que “todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição”. Ou seja, o Sistema Único de Assistência Social

(SUAS), que está presente praticamente na totalidade dos municípios brasileiros, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realiza uma política com orientação federal a todos os municípios.

A resposta da Secretária B também chama atenção: “A minha gestão foi sempre pautada na igualdade e equidade e por isso o tratamento entre homens e mulheres sempre foi igual, não havendo nenhuma ação específica para as mulheres.”

Há um equívoco ao dizer que existe equidade quando homens e mulheres são tratados de forma igualitária. Isso porque, segundo Fellipelli (2018), a equidade é entendida como uma assimetria social quando trata homens e mulheres de forma diferenciada e positiva, tentando diminuir as desvantagens impostas ao grupo que não tem os mesmos direitos, privilégios e oportunidades que o outro. Nesse sentido, de acordo com Camps (2001) fazer justiça é tratar os diferentes de maneira diferente. Assim, o papel dos gestores públicos na formulação e implementação das políticas de gênero é primordial, como apontado por Lisboa e Mafrini (2005) “igualar mulheres e homens através do princípio da equidade deve ser um compromisso social inerente às políticas públicas” e “as medidas concretas para efetivar o princípio da equidade de gênero são as políticas e ações afirmativas.” (p. 4).

Diante das perguntas referentes à experiência pessoal das secretárias, chegou-se a análise de três categorias: a) percepção de condição discriminatória, ou seja, ela percebe e reconhece que há uma discriminação pelo fato de ser mulher b) situação discriminatória pontual, mas sem percepção da condição, que é quando a secretária reconhece que já sofreu alguma discriminação pontual, mas não percebe-se oprimida, considerando o ocorrido um fato isolado c) nenhuma percepção de condição discriminatória, que é quando a entrevistada entende que nunca sofreu nenhum tipo de discriminação.

Tabela 2 - Análise das questões sobre a experiência pessoal das entrevistadas.

Percepção de condição discriminatória	1
Situação discriminatória pontual	1
Nenhuma percepção de condição discriminatória	3

Fonte: elaboração da autora

Quanto à visão sobre a Administração Pública em geral, também foram analisadas três categorias. São elas a) desigual: mulheres com menos espaços, em que a entrevistada reconhece que as mulheres, pelo fator gênero, ocupam menos espaços que os homens; b) igualitária, onde mulheres e homens ocupam os mesmos espaços e c) competências específicas para cada gênero, quando a entrevistada enxerga que não é desigual, mas sim que homens e mulheres possuem diferenças e devem ocupar determinados lugares na administração pública a partir de suas competências.

Tabela 3 - Análise das questões quanto à visão sobre a administração pública.

Desigual: mulheres com menos espaços	3
Igualitária	1
Competências específicas para cada gênero	1

Fonte: elaboração da autora

Por fim, quanto às questões referentes a visão das entrevistadas no que diz respeito a mulher na política, chegou-se aos seguintes resultados: a) olhar engajado, que é quando a entrevistada reconhece que a mulher deve atuar na política e conquistar seu espaço, tendo um olhar de militância; b) olhar generalista, quando ela vê a participação da mulher na política como um fator importante, mas não se aprofunda nesta questão; c) olhar perceptivo de desigualdade, mas pouco engajado, quando ela percebe a desigualdade, mas não vê necessidade de engajamento para que essa realidade seja modificada; e d) olhar em consonância com a subjugação feminina, que é quando a mulher concorda que há espaços em que a mulher não deve ocupar dentro da política.

Tabela 4 - Análise das questões quanto à visão das entrevistadas sobre a atuação da mulher na política.

Olhar engajado	1
Olhar generalista	2
Olhar perceptivo de desigualdade, mas pouco engajado	1

Olhar em consonância com a subjugação feminina.	1
---	---

Fonte: elaboração da autora

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE MULHERES QUE FORAM ELEITAS PARA MANDATOS

Das nove cidades da microrregião de Lavras/MG, apenas duas elegeram mulheres para os cargos majoritários do executivo para o mandato 2017-2020, sendo elas Nepomuceno/MG (prefeita A) e Ribeirão Vermelho/MG (prefeita B). A elas foi encaminhado um questionário contendo perguntas sobre suas experiências na administração pública, informações pessoais e suas visões sobre as mulheres na política.

A prefeita A, desde o início da vida política foi filiada ao Partido Social Democrático (PSD) e se candidatou a 3 eleições, obtendo uma derrota e duas vitórias. Já a prefeita B, foi filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por 15 anos e atualmente deixou o partido para também se filiar ao PSD. A mesma se candidatou a 5 eleições, saindo vitoriosa em três candidaturas e derrotada em duas.

Além das duas prefeitas terem mais de 50 anos (prefeita A - 60 e prefeita B - 53), nota-se que nenhuma delas é casada. A prefeita A é solteira e sem filhos e a prefeita B é divorciada e tem dois filhos. Essa coincidência pode ser explicada por Bourdieu (2005) ao afirmar que mulheres que atingem os mais altos cargos “pagam” por este sucesso profissional com um menor “sucesso” na vida doméstica e na economia de bens simbólicos (p. 126). Dessa forma, não é de se estranhar, segundo Miguel (2009 p.34), que existam mais mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas na política.

Ainda, é importante destacar que as duas entrevistadas possuem parentes diretos que têm histórico na política. Os pais de uma e outra foram eleitos para três mandatos, sendo o pai da prefeita A para o cargo de vereador e o da prefeita B para o cargo de prefeito. Para Pinheiro (2007), uma das formas mais tradicionais para as mulheres entrarem na política é através do capital familiar, ou seja, elas herdaram um prestígio político, seja de seus pais ou maridos, além de uma série de vínculos, compromisso e lealdades.

Visto isso, embora arriscando uma redução, as duas prefeitas, cujas narrativas estão sendo analisadas, acumularam capital político para suas primeiras candidaturas, através do capital familiar. No entanto, apesar de ambas exporem sobre a vida política de seus pais, elas não atribuem a isso a vontade e influência de se candidatarem. A esse respeito, Pinheiro (2007) afirma que “para aquelas que não se utilizaram de capital familiar para construir suas trajetórias políticas, há a percepção de que a entrada na política por essa via é um elemento de desqualificação da capacidade de atuação política daquela mulher.” (p.111). Portanto, cabe enfatizar que, mesmo que haja um capital familiar, não se pode desqualificar o protagonismo de ambas na política, sobretudo porque elas mantêm uma carreira já consolidada com várias eleições e mandatos.

Ambas relatam que foi a partir de experiências que envolviam a política institucional que surgiu o interesse e tomaram a decisão de entrar para a política. A prefeita A disse que, apesar de sempre ter apoiado campanhas políticas, decidiu se candidatar após a experiência de administrar a Santa Casa do município. Já a prefeita B trabalhava na Assembleia Legislativa de Minas Gerais quando três presidentes de partidos de sua cidade natal a convidaram para ser a primeira mulher a concorrer ao pleito no ano de 2000. Ela relata que uma das maiores dificuldades que já enfrentou foi na sua primeira candidatura, pois tinha que convencer a população de que uma mulher poderia governar e administrar uma cidade, portanto afirma que o fato de ser mulher fez com que enfrentasse dificuldades no empenho desta eleição. Já a prefeita A expôs que sua maior dificuldade foram as alianças políticas, uma vez que havia muitas divergências de interesses entre elas.

Ao perguntar se as entrevistadas já sofreram algum ataque na política por serem mulheres, a prefeita A também narrou um fato que aconteceu em sua primeira eleição, quando tentaram imputá-la uma conduta que a mesma não havia exercido. Entretanto, apesar de saber quem foi o autor da difamação, ela preferiu não levar o ataque adiante e o deixou de lado.

Esse acontecimento faz parte do fenômeno conhecido como fake news, que tem sido pauta nas eleições em todo o mundo, especialmente desde que, segundo Gadelha e Kerr (2019) favoreceram Donald Trump no pleito norte-americano, contra uma candidata mulher, Hillary Clinton, em 2016. De acordo com a especialista Patrícia Blanco, presidente do Instituto Palavra Aberta, as mulheres são as principais vítimas de fake news, além de ameaças, violências e xingamentos publicados na internet. (Agência Câmara Notícias)

A prefeita B também dissertou sobre o ocorrido com ela: “Todas as questões utilizadas pela oposição iam para o lado pessoal, analisavam e divulgavam a minha vida pessoal e não meu desempenho profissional.” A esse respeito, Carniel. et al (2018) afirma que às mulheres são feitos julgamentos sobre suas vidas privadas, enquanto os homens são avaliados por suas habilidades técnicas.

Além disso, os parâmetros de julgamento não são os mesmos para políticos e políticas. A vida privada/familiar e o trato social são enfatizados no caso feminino, em conformidade com as expectativas de “polidez” e “cuidado” das relações sociais generificadas; ao passo que “habilidade técnica” e “firmeza” são as qualidades masculinas tipicamente destacadas. Em paralelo, a dimensão corporal é marcante na representação das mulheres, sendo esse aspecto extensivo às candidatas ou às eleitas (p. 12).

Perguntadas se em algum momento enfrentaram dificuldades para que a equipe ouvisse suas orientações, a prefeita B relatou que teve problemas com alguns secretários que eram muito machistas e ficavam visivelmente irritados ao serem alertados e direcionados, entretanto teve sua palavra melhor ouvida nas pastas da Saúde e Assistência Social. Como já mencionado, esse fato pode ter acontecido já que a participação da mulher na política é legitimada quando trata de assuntos relacionados ao cuidado, “visto que ela é a mais indicada na defesa de projetos que atendam a essas demandas” (MEDEIROS, 2012, p. 78).

A prefeita A informa nunca ter tido essa dificuldade e relaciona isso a ideia de possuir uma liderança respeitada. Ao ser questionada se desenvolveu alguma ação específica para as mulheres em seus mandatos, ela responde de maneira contraditória:

Infelizmente, ou felizmente, eu não sou militante do feminismo. Defendo os nossos direitos, mas sem muito radicalismo. Eu me preocupo com a violência contra as mulheres que ainda é muito grande e esse trabalho eu acompanho de perto. Mas temos muitos programas para dar dignidade, trabalho e geração de renda para mulheres que são o estio de muitas famílias.

Essa associação do feminismo ao radicalismo, pode ter a ver com estereótipos que, segundo Scharff (2019), persistem desde a década de 1920, em que feministas eram denominadas “solteironas” e eram mulheres que não se depilavam e não usavam maquiagens. A autora relata que após entrevista com mulheres alemãs e britânicas, descobriu que a rejeição ao rótulo de feminista era porque o termo estava associado a “ódio aos homens, lesbianismo ou falta de feminilidade.” (BBC News)

Já a prefeita B não cita uma ação exclusiva para o município, mas diz que em seu segundo mandato foi Presidente Estadual do PTB Mulher, desempenhando um “bom papel de

inclusão de novas mulheres na política”, através de suas filiações. Para ela, o papel da mulher na política é a luta para minimizar as diferenças sociais existentes e “implantar projetos sociais que incentivem a mulher a ter uma vida mais ativa”. A prefeita A afirma que quanto mais mulheres na política, mais transformações haveriam, já que mulheres são mais “dedicadas, apaixonadas e sérias.”

Sobre sua experiência pessoal frente a administração pública, a prefeita B se enxerga como uma “protetora de mulheres” e diz que defende a ideia de que as mulheres não querem nem mais e nem menos que os homens, mas sim o mesmo. Mais uma vez é possível perceber que a mulher é retratada como frágil e necessitada de proteção, além de vocacionada para o aspecto social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar a atuação de secretárias e prefeitas da microrregião de Lavras e identificar os principais desafios das mulheres que ocupam a política municipal na atualidade, seus pensamentos a respeito de suas experiências pessoais na administração pública e suas visões sobre a presença das mulheres no funcionamento do executivo municipal e na política em geral.

A luta das mulheres por mais direitos e espaço na política não é de hoje. É notório como o patriarcado, ainda depois de séculos de existência, continua colocando mulheres e homens em lugares e valores distintos, colocando os últimos em vantagens sociais muito maiores. Assim, também é evidente que a política é um dos lugares que mais há essa divisão. Nesse ambiente político hostil, as mulheres são as que mais sofrem violência.

No Brasil, é revelado de maneira bastante clara os obstáculos da participação e atuação feminina na política. Essas permanências são bastante enraizadas em processos sociais, mas também no processo institucional, no modo como se dá o funcionamento dos partidos políticos e regras em geral, por isso fica claro que a baixa representação das mulheres na política não é um problema do gênero, mas sim um problema da democracia.

Assim, o debate em torno da sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão se mostra relevante. É neste espaço que são colocadas em pauta problemas públicos que atingem diretamente as mulheres e as colocam ainda mais em desvantagens sociais. Esses problemas possuem um caminho único de solução que são leis e políticas públicas que transformem as realidades de injustiças cometidas, como recebimento de menores salários quando ocupam as mesmas funções e possuem a mesma formação de homens, desigualdade na divisão de tarefas com o cuidado doméstico e até mesmo na violência política de gênero, entre outras.

É percebido que nos municípios analisados neste trabalho, as políticas públicas destinadas às mulheres são políticas orientadas por uma agenda nacional. Entretanto, nos 30 anos que nos separam da Constituição Federal de 1988, temos uma evidência dessa participação feminina que não pode ser negado. As mulheres participaram, com limites, e demandaram do Estado espaços de participação e construção de políticas orientadas às suas necessidades. A atuação do período da constituinte, apesar de uma baixíssima representação composta de somente 26 mulheres num universo de 512 parlamentares, fez com que tenhamos até hoje

reflexos de avanços importantes nos direitos das mulheres, além de ter sido o marco da construção do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003 também foi responsável por uma oportunidade maior de participação das mulheres junto ao Estado (Biroli, 2017, p. 191). Essa intensificação da participação gerou alguns efeitos, como por exemplo a legislação da PEC das domésticas (72/2013) em que se tornou estabelecido por lei que estas tivessem os mesmos direitos que os demais trabalhadores e também a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, que criminaliza a violência contra as mulheres. Na política institucional é evidente que as mulheres tiveram maior participação nas Conferências de Políticas para Mulheres, mas também nos diferentes ministérios do governo federal e, em especial, na Secretaria de Políticas para Mulheres, um grande avanço obtido neste momento já que ela foi institucionalizada com um status ministerial.

Entretanto, outro momento histórico no Brasil ocorreu no ano de 2016, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) que foi responsável por um processo agudo de fechamento político e democrático. Esse fechamento teve como uma de suas consequências a redução dos espaços de participação feminina no Estado, portanto, as brechas que foram abertas, a duras penas, no início da década de 2000, foram fechadas radicalmente e perpetuam até o presente momento, em que um governo de extrema-direita está no exercício do poder.

Com isso, os diálogos com os movimentos feministas foram interrompidos e processos de retiradas de direitos foram instaurados. Portanto, existe uma conexão entre o fechamento da democracia e a perda de participação das mulheres na agenda política reposicionando, mais uma vez, as mulheres na esfera pública e as impedindo de estar à frente da formulação e implementação de políticas públicas no âmbito federal. Esse processo tem impactos diretos nos municípios, especialmente de menor porte, já que, como visto nesse trabalho, as únicas políticas públicas existentes, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais, são orientadas pelo governo federal.

Em suma, nessa pesquisa foram entrevistadas cinco secretárias e duas prefeitas da microrregião de Lavras. A maioria delas coadunam com as ideias de que existem temáticas mais afeitas às mulheres e possuem um olhar mais generalista sobre a discriminação sofrida em razão do gênero em espaços políticos. Portanto, tendo em vista a pouca percepção dessa discriminação, bem como o raro engajamento nessa pauta, especialmente as prefeitas, não direcionam ações específicas no município para aumentar a participação feminina na política.

Um outro ponto encontrado é o capital familiar, responsável por, tradicionalmente, facilitar a entrada das mulheres na política. Esse fato pode evidenciar que as mulheres são mais aceitas quando são precedidas de um familiar homem, como é o caso das duas prefeitas em análise neste trabalho, que tiveram os pais ocupando cargos políticos em suas respectivas cidades.

No entanto, é perceptível como a jornada para alcançar um espaço de poder e decisão não se torna menos árdua após as mulheres terem conquistado este objetivo. Mesmo após eleitas ou nomeadas para cargos importantes dentro da política, as mesmas se deparam com grandes dificuldades como a objeção de colegas diante de suas orientações; as ameaças e notícias falsas espalhadas na internet; a exposição de suas vidas pessoais e o julgamento sobre a vida privada ao invés da pública.

Contudo, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido e que as mulheres ainda enfrentam grandes dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de decisão e poder, apesar de participarem, de certa forma, da política institucional. É nesse sentido que é preciso reconfigurar a esfera política e propor novos caminhos de transformações estruturais e culturais, havendo uma reforma política que também tenha foco nas questões referentes ao gênero, o que pode ser considerado um interessante estudo a ser desenvolvido, bem como a replicação desta pesquisa de modo ampliado.

Portanto, há cada vez mais necessidade de se colocar em pauta os debates sobre as esferas públicas e privadas, conscientizando da responsabilidade de governos na criação de leis e políticas públicas que solucionem o problema público da exclusão política da mulher.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

Bressiani, Nathalie. **Nancy Fraser e o Feminismo**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 6 N. 3, 2020, p. 77-98. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/nancy-fraser-e-o-feminismo/>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Camps, Victória. **O século das mulheres**. Tradução: Regina Louro. Editora Presença, 2001.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. **Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil**. *Opin. Publica*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 523-546, Dec. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762018000300523&lng=en&nrm=iso>. access on 17 May 2021.

COSTELLO, Matthew. White House History. *The Origins of the American “First Lady”*. 2017.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010

Gadelha, Rejane; Kerr, Roberta. **A Pequena Política e as Fake News contra a Candidata Mulher nas Eleições Presidenciais de 2018**. UFF, 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1915. **A festa da Quinta da Boa Vista, sob o patrocínio de Mme. Wenceslau Braz**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1915_00291.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. **Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas e autopercepção identitária das deputadas federais Juiz de Fora: UFJF**. 2014

HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), **Retrato das desigualdades de gênero e raça** (Brasília, Ipea, 2014)

Lima, Daniela. **Uma luta pela igualdade**. Correio Braziliense. 28 out. 2007. Política, p. 3.

Lisboa, Teresa Kleba; Manfrini, Daniele Beatriz. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7103/6570>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

MEDEIROS, MOÍZA SIBERIA SILVA DE. **PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na gestão do social**. UECE, 2012

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula. **A ascensão da mulher à esfera pública e a intervenção no social: primeiro-damismo e assistência social**. UFC. 2011.

Mesquita, Lígia. **De onde vem o papel da primeira-dama — e a tradição de trabalho social**. **BBC News Brasil**, Londres, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46747022>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 18, n. 3, p. 653-679, Dec. 2010 .

Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flavia. **Práticas de gênero e carreira política: vertentes explicativas**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução: Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2.

Pinheiro, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares na pós-constituente**. UNB, 2006.

Pires, Valdemir Aparecido et al. **Dossiê campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 109-167, 2014.

REZZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a independência do Brasil. Leya, 2017.

Ribeiro, Giovanna. **Para especialistas, mulheres são as principais vítimas na divulgação de informações falsas na internet.** Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/618014-para-especialistas-mulheres-sao-as-principais-vitimas-na-divulgacao-de-informacoes-falsas-na-internet/>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

RUGGIERO, Mayna Blotta. **Marcela Temer, a primeira-dama e suas representações nos portais Folha de S. Paulo e o Globo.** UNB. 2017.

Scharff, Christina. **Por que tantas mulheres jovens não se identificam como ‘feministas’.** BBC News. Londres, 19 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

SILVA, Daniel Neves. **"Maria Leopoldina";** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/maria-leopoldina.htm>. Acesso em 20 de maio de 2021.

SOUZA, Renato Jameson Ludugero de et al. **Quando as primeiras-damas entram em cena:** discutindo o papel das primeiras-damas da Região Centro-Sul do Ceará na gestão de políticas sociais. IFCE. 2015.

TOMAS, Ana. **Mapa global da ONU mostra que em 2019 só um em cada cinco ministros é mulher.** Disponível em: <<https://www.delas.pt/mapa-global-da-onu-mostra-que-em-2019-so-um-em-cada-cinco-ministros-e-mulher/atualidade/571762/>> Aceso em 11 jun. 2020

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder.** São Paulo: Cortez, 2002

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA MULHERES QUE ATUAM NAS SECRETARIAS

Nome:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Profissão:

Escolaridade:

Secretaria que ocupa:

Histórico de funções públicas que já ocupou:

Você já teve alguma dificuldade no cargo que ocupa pelo fato de ser mulher?

Você já ouviu alguma crítica ou discriminação por ser mulher e ocupar uma secretaria? Se sim, poderia informar como foi?

Você acha que nas demais áreas da administração pública a mulher tem competência para assumir a gestão?

Você acha que alguns setores da administração pública são mais aptos para a atuação feminina do que outros? Se sim, poderia indicar quais? Ou você acredita que todos os setores podem ser tão bem administrados tanto por homens quanto por mulheres?

Sua secretaria desenvolve alguma ação específica para as mulheres? Se sim, poderia descrever quais são?

Quais são os principais atributos que uma gestora deve ter para exercer bem a sua função?

Como você enxerga o papel da mulher na política?

Quais são suas principais referências (lideranças que admira e se espelha) na administração pública e na política?

Como foi sua indicação para a secretaria? A que atribui o convite?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA MULHERES ELEITAS PARA MANDATOS

Nome:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Profissão:

Escolaridade:

Quantas eleições participou:

Números de vitórias e derrotas:

Histórico de filiação partidária:

1- Você possui algum familiar na política (pai, mãe, tio, avô)?

2- Quando e por qual motivo você decidiu entrar para a política?

3- Qual você considera ter sido a maior dificuldade em suas candidaturas?

4- Você acredita que o fato de ser mulher dificultou seu desempenho em alguma eleição?

5- Você já sofreu algum ataque na política por ser mulher? Se sim, poderia descrever quais e

como foram?

6- Você sentiu alguma dificuldade para que a equipe ouvisse suas orientações?

7- Dentre os vários setores da prefeitura, existe algum onde sua palavra foi melhor ouvida?
Se sim, poderia dizer qual?

8- Você acredita que algumas funções da administração pública são melhor administradas por homens e outras por mulheres? Se sim, poderia indicar qual?

9- Você já desenvolveu alguma ação no mandato específica para as mulheres? Se sim, poderia descrever quais?

10- Como você enxerga a forma como a imprensa e mídia retratam sua figura?

11- Como você descreveria o papel da mulher na política?

12- Como você enxerga sua própria atuação na política?

13- Quais são suas principais referências (lideranças que admira) na política?